

de R\$ 74.250,00, a favor de DRESSER DO BRASIL LTDA, determinando o encaminhamento à publicação.

JORGE PAULO MORO  
Superintendente

Em 2 de setembro de 1994

#### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 104/94

Estando em conformidade com a legislação pertinente, ratifico a inexigibilidade de licitação com o fulcro no art. 25, inciso I, para a contratação de 100 BAG DE 1TON cada, de BAUXITA SINTETIZADA 18/30, no valor total de R\$ 85.100,00, a favor de MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA, determinando o encaminhamento à publicação.

LUIZ EDUARDO REZENDE BAPTISTA  
Superintendente

#### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 101/94

Estando em conformidade com a legislação pertinente, ratifico a inexigibilidade de licitação com o fulcro no art. 25, inciso I, para a contratação de 340 bombonas de Preventor de Emulsão (Ultrapan 207), a favor de Oxiteno S.A. Indústria e Comércio, no valor total de R\$ 40.205,00, determinando o encaminhamento à publicação.

NESTOR CERVEIRA FILHO  
Gerente de Logística

(Ofs. nºs 151 e 153/94)

**Superintendência Regional de Automotivos de Campinas**  
CGC 34264293/0001-02

#### DESPACHO

Estando de conformidade com a legislação pertinente, ratifico a inexigibilidade - "caput" do art. 25 - para as contratações de serviços de hospedagem com: Hotel Aruá S/A; Grande Hotel São Pedro; Hotel Estância Barra Bonita; Hotel Península; Hotel Village Eldorado; e Hotel Berro D'Água no valor de 23.585,90 (Vinte e três mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos), no período de 21/07/94 a 01/09/94.

(Of. nº 153/94)

FABIO ROBERTO DONATI  
Superintendente

## Ministério da Ciência e Tecnologia

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 158, DE 5 DE SETEMBRO DE 1994

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, no uso de suas atribuições, e de acordo com o disposto no art. 31 do estatuto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, aprovado pelo Decreto nº 97.753, de 17 de maio de 1989, resolve:

Art. 1º O parágrafo 3º do art. 50, do Regimento Interno do CNPq, aprovado pela Portaria MCT nº 44, de 6 de março de 1990, passa a ter a seguinte redação:

"§ 3º A designação de cada membro será feita por um período de 2 (dois) ou de 3 (três) anos, vedada a recondução. Poderá haver nova designação somente após um interstício de 2 (dois) anos."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Of. nº 175/94)

JOSÉ ISRAEL VARGAS

## Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal

### INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 92-N, DE 2 DE SETEMBRO DE 1994

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 83, item XIV, do Regimento Interno do IBAMA aprovado pela Portaria 445 - GM/MINTER de 16 de agosto de 1989 publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente, tendo em vista o disposto no Decreto Federal nº 84.017 de 21 de setembro de 1979 e face ao contido no processo nº 02001.000083/93 - 15 - IBAMA Administração Central, RESOLVE:

Art. 1º - A realização de pesquisas científicas em Unidades de Conservação Federais de Uso Indireto, definidas como Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas e Reservas Ecológicas, envolvendo fatores bióticos, abióticos e antrópicos, sujeita-se às normas desta Portaria.

Art. 2º - Compete à Diretoria de Ecossistemas - DIREC, através do Departamento de Unidades de Conservação - DEUC, conceder autorização para realização da pesquisa citada no artigo anterior.

Art. 3º - A autorização para pesquisa somente será concedida quando:

I - for de interesse do IBAMA;

II - Contribuir direta ou indiretamente com subsídios para o conhecimento e o manejo das Unidades de Conservação e outros fins relacionados com o meio ambiente.

§ 1º - Essa autorização somente será concedida a pesquisadores ligados a instituições científicas ou quando por elas devidamente credenciados.

§ 2º - Os pedidos de autorização para pesquisa, subscritos por pesquisadores estrangeiros, deverão ser acompanhados do credenciamento e designação fornecida por instituição científica de seu país, além de obrigatoriamente autorizados pelo CNPq, conforme legislação e normas vigentes.

§ 3º - O pesquisador, pertencente ao quadro de pessoal do IBAMA, não está isento das exigências desta Portaria.

Art. 4º - A concessão da autorização para pesquisa dependerá da apresentação e aprovação de projeto de pesquisa, no qual deverá constar as seguintes informações:

I) exposição detalhada e precisa dos objetivos a serem atingidos;

II) duração provável da pesquisa;

III) metodologia a ser empregada;

IV) nome e qualificação do(s) pesquisador(es) e auxiliar (es);

V) áreas das UC's onde o projeto será desenvolvido;

VI) em caso de coleta deverá ser informada a quantidade e natureza do material, com a devida metodologia de coleta e/ou captura descrita e indicada a instituição onde o material coletado será depositado;

VII) cronograma físico-financeiro previsto, com etapas devidamente detalhadas;

VIII) orçamento e fonte financiadora.

§ 1º - Estas informações serão fornecidas através do preenchimento do formulário anexo a esta Portaria onde deverá estar incluso "Currículo Vitae" do(s) pesquisador (es).

§ 2º - O pesquisador titular se responsabiliza pelo procedimento técnico dos demais pesquisadores e auxiliares, quando for o caso, atuando como interlocutor junto à DIREC e Unidade de Conservação.

Art. 5º - O pedido de autorização para pesquisa deverá ser autuado na Superintendência Estadual - SUPES, à qual se subordina a Unidade de Conservação.

§ 1º - O pedido será inicialmente analisado pelo chefe da Unidade de Conservação e pelo técnico da SUPES.

§ 2º - após a análise do pedido o processo deverá ser enviado à Divisão de Gerenciamento de Unidades de Conservação-DIGER para parecer conclusivo e expedição de autorização pelo DEUC ouvindo as Diretorias envolvidas, quando o caso exigir.

Art. 6º Os projetos de pesquisa previstos para início no primeiro semestre de cada ano, serão aceitos para análise até o dia 30 de setembro do ano anterior. Aqueles com início previsto para o segundo semestre deverão ser encaminhados até o dia 31 de março do ano correspondente.

§ 1º - As datas limites serão comprovadas pela postagem do correio ou protocolo da SUPES/IBAMA.

§ 2º - Os pedidos de autorização para pesquisa que não observarem os prazos estabelecidos neste artigo ficam automaticamente transferidos para o período de análise subsequente.

§ 3º - A DIREC fica obrigada a fornecer à Diretoria de Pesquisa do IBAMA a listagem das pesquisas aprovadas após cada período estabelecido neste artigo.

Art. 7º Quando o material coletado for de interesse da Unidade de Conservação e quando esta possuir condições técnicas para recebê-lo este será entregue à mesma, após os trabalhos de pesquisa, para compor seu acervo.

Art. 8º - A coleta de espécies de Fauna e/ou Flora constantes da lista oficial de Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção poderá ser permitida, desde que tal procedimento vise contribuir, comprovadamente, para a preservação da espécie.

Art. 9º - A remessa de material coletado nas pesquisas para o exterior, somente será permitida em casos especiais observando as normas e legislações vigentes.

Art. 10 - A pesquisa em Estação Ecológica que envolva ou possa envolver alterações do ecossistema só será permitida após o zoneamento desta Unidade de Conservação.

Art. 11 - Até 12 meses após o término das atividades autorizadas deverá ser produzido um relatório final, independentemente do alcance dos objetivos e metas estabelecidas.

§ 1º - A instituição responsável pelo pesquisador fica obrigada a enviar o trabalho final caso o pesquisador não o faça dentro do prazo estabelecido, sob pena de seus pedidos posteriores serem indeferidos.

§ 2º - Os artigos publicados com base na pesquisa realizada na Unidade de Conservação deverão ser encaminhados ao Centro de Informações Ambientais - CNIA/IBAMA - Brasília.

Art. 12 - O pesquisador autorizado a desenvolver trabalhos em Unidades de Conservação deverá enviar à DIREC, a cada seis meses, relatórios parciais, independentemente do relatório final, que deverá conter entre outros:

I) resultados parciais ou totais alcançados;

II) principais obstáculos ou dificuldades encontradas;

III) discriminação e quantidade do material coletado, bem como o seu destino;

IV) indicação de quaisquer agressões e/ou violações ao equilíbrio ecológico e ao meio ambiente que porventura forem observadas.

Art. 13 - A autorização expedida na forma desta portaria terá validade correspondente ao período de 1(um) ano, podendo ser renovada de acordo com a duração da proposta, mediante apresentação dos relatórios parciais e/ou anuais.

Art. 14 - A prorrogação do prazo de validade da autorização de pesquisa dependerá da avaliação do (s) resultado (s) apresentado (s) quando o projeto de pesquisa não tiver sido concluído.

Art. 15 - As atividades de pesquisa deverão obedecer as legislações e normas legais vigentes para as Unidades de Conservação.



Art. 16 - A pesquisa deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, por técnico do IBAMA designado para este fim.

Art. 17 - Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, a infração às normas desta Portaria e legislação vigente poderá importar, segundo a gravidade do fato:

I) a suspensão imediata da atividade em curso, por um determinado período;

II) o cancelamento da autorização concedida;

III) a declaração de inidoneidade do infrator, com o conseqüente impedimento, temporário ou permanente, para empreender pesquisa científica nas Unidades de Conservação;

IV) a comunicação da infração cometida ao dirigente da entidade a que o infrator esteja vinculado;

V) a apreensão e a perda do equipamento utilizado nos trabalhos bem como do material coletado, nos termos da legislação brasileira em vigor.

§ 1º - Qualquer pessoa física ou jurídica que constatar o desenvolvimento de atividades em desacordo com o disposto nesta Portaria e outras normas legais e regulamentos vigentes, poderá comunicar o fato ao IBAMA, que determinará a sua apuração e promoverá medidas cabíveis.

Art. 18 - A autorização para pesquisas em UC, concedida pelo IBAMA, não vincula a obrigatoriedade do órgão de propiciar o apoio logístico ao desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 19 - Os casos omissos nesta Portaria serão decididos pela Presidência do IBAMA, ouvida a DIREC.

Art. 20 - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria 174 de 21 de março de 1981, e demais disposições em contrário.

NILDE LAGO PINHEIRO

(Of. nº 925/94)

## Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

### ORDEM DOS MÚSICOS DO BRASIL

#### Conselho Federal

RESOLUÇÃO Nº 1.432, DE 1º DE SETEMBRO DE 1994

Fixa novo prazo de Mandato para a Diretoria Provisória do Conselho Regional do Estado de Pernambuco.

O Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil, por seu Diretor Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960; CONSIDERANDO que o prazo da Diretoria Provisória do Conselho Regional dessa Entidade, no Estado de Pernambuco, designada pela Resolução nº 1425, de 06 de maio de 1994, venceu no dia 15 de julho de 1994; CONSIDERANDO a necessidade da fixação de novo prazo de Mandato para a Diretoria acima qualificada, a fim de que a mesma possa dar continuidade às determinações baixadas por este Conselho Federal, resolve:

I- Respalda à luz dos efeitos desta Resolução, os Atos Administrativos praticados pela Diretoria Provisória do Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil, no Estado de Pernambuco, faltos dos efeitos da Resolução nº 1425/94-CF.

II-Fixar, a partir do dia 01 de setembro de 1994, por mais 120 dias, o prazo de Mandato da Diretoria Provisória do Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil no Estado de Pernambuco.

III- Ratificar as determinações baixadas por este Conselho Federal, através da Resolução acima citada.

IV- Esta Resolução entra em vigor nesta data.

JOÃO BENTO DE LACERDA  
Presidente

(Of. nº 77/94)

## Poder Judiciário

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

#### 1ª Região

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESA

Em 1º de setembro de 1994

processo TRT-SAF-537/94:

1-Enquadramento legal: artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93;

2-Contratada: ITP - INSTITUTO DE PESQUISAS E TÉCNICAS PARLAMENTARES;  
3-Objeto resumido: aquisição de Banco de Dados Licitar, enciclopédia jurídica informatizada, com busca remissiva contendo toda a legislação vigente aplicável à área das licitações públicas;  
4-Modalidade: inexigibilidade de licitação;  
5-Valor total: CR\$1.500,00;  
6-Justificativa da Secretaria de Auditoria Interna: artigo 25, caput, da Lei nº 8666/93;  
7-Parêcer do Sr. Ordenador da Despesa: De acordo.

JOSÉ MARIA DE MELLO PORTO  
Juiz-Presidente

(Of. nº 179/94)

#### 10ª Região

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 22, DE 31 DE AGOSTO DE 1994

O Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Plenária Ordinária realizada aos 31 de agosto de 1994, **Decidiu**, por unanimidade, apreciando o contido na MA-62/94, baixar a Resolução Administrativa nº 22/94-(373):

"Proclamar e homologar o resultado final do IX Concurso Público para provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto da Décima Região, na forma prevista no art. 14, inciso VIII do Regimento Interno, na seguinte ordem classificatória:

CLASSIFICAÇÃO	NOMES	PONTOS
1º	ODÉLIA FRANÇA NOLETO	11,88
2º	ANA BEATRIZ DO AMARAL CID	11,22
3º	DENILSON BANDEIRA COLEHO	7,88
4º	ELAINE MARY ROSSI DE OLIVEIRA	6,00"

FERNANDO AMÉRICO VEIGA DAMASCENO  
Juiz Presidente

(Of. nº 126/94)

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

#### DESPACHOS

Reconheço a inexigibilidade de licitação para a inscrição de funcionários no curso de METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO SERVIÇO PÚBLICO, de acordo com o entendimento da Assessoria e Controle Interno, enquadrado ao art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93, combinado com o art. 13, inciso VI, e a submeto à ratificação do Exmo. Sr. Des. Presidente, em cumprimento ao disposto no art. 26 da supracitada Lei.

Florianópolis, 1º de setembro de 1994  
RICARDO MARTINS DE ARAÚJO  
Secretário

Ratifico a inexigibilidade de licitação nos termos propostos, por atender aos requisitos legais em vigor.

Florianópolis, 1º de setembro de 1994  
FRANCISCO XAVIER MEDEIROS VIEIRA  
Presidente

Reconheço a inexigibilidade de licitação para a inscrição de funcionários no curso de MICROISIS AVANÇADO, de acordo com o entendimento da Assessoria e Controle Interno, enquadrado ao art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93, combinado com o art. 13, inciso VI, e a submeto à ratificação do Exmo. Sr. Des. Presidente, em cumprimento ao disposto no art. 26 da supracitada Lei.

Florianópolis, 1º de setembro de 1994  
RICARDO MARTINS DE ARAÚJO  
Secretário

Ratifico a inexigibilidade de licitação nos termos propostos, por atender aos requisitos legais em vigor.

Florianópolis, 1º de setembro de 1994  
FRANCISCO XAVIER MEDEIROS VIEIRA  
Presidente

Reconheço a inexigibilidade de licitação para a inscrição de funcionários no curso de "CERIMONIAL, PROTOCOLO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS", de acordo com o entendimento da Assessoria e Controle Interno, enquadrado ao art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93, combinado com o art. 13, inciso VI, e a submeto à ratificação do Exmo. Sr. Des. Presidente, em cumprimento ao disposto no art. 26 da supracitada Lei.

Florianópolis, 1º de setembro de 1994  
RICARDO MARTINS DE ARAÚJO  
Secretário

Ratifico a inexigibilidade de licitação nos termos propostos, por atender aos requisitos legais em vigor.

Florianópolis, 1º de setembro de 1994  
FRANCISCO XAVIER MEDEIROS VIEIRA  
Presidente

(Of. nº 4.124/94)

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

#### DESPACHO DO DIRETOR

Em 5 de setembro de 1994

Ratifico a inexigibilidade de licitação, referente a inscrição de servidores no curso de impressor de serigrafia, a favor do SENAI-DR/DF, no valor de R\$ 87,96, nos termos do inciso II do art. 25, c/c o art. 13 da Lei nº 8.666/93. (P.A. nº 10355/94). ABELARDO FROTA E CYSNE FILHO

(Of. nº 4.270/94)